

LUÍS SIMÕES LOPES TECE UMA REDE DE INFLUÊNCIA NORTEAMERICANA ATRAVÉS DO DASP

Irene Rodrigues de Oliveira¹

GT 05 – Intelectuais e Sociedade Civil - Séc XIX e XX

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar a participação de Luís Simões Lopes, ressaltando a sua influência junto ao DASP (1938-1945), peça fundamental para o estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos. Enquanto intelectual orgânico da burguesia industrial, Luís Simões Lopes soube dar corpo e sentido às exigências do governo (burguês) de Vargas. À frente de uma das principais agências - o DASP -, doravante considerado na categoria dos “Aparelhos Privados de Hegemonia” do período, Simões Lopes teve forte influência não só nas políticas governamentais, como também na seleção de pessoal para o serviço público, na racionalização do trabalho e no controle orçamentário dos órgãos públicos do governo.

Palavras-chave: DASP, Estado Novo, Aparelhos Privados de Hegemonia

Introdução

O presente trabalho objetiva analisar a participação de Luís Simões Lopes, ressaltando a sua influência junto ao DASP, peça fundamental no estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos. Para tanto, a sua atuação foi muito decisiva na condução do DASP, mantendo-se “fiel aos valores de propriedade privada e da livre iniciativa empresarial, como fatores insubstituíveis de desenvolvimento. [...]” (SILVA, 2006, p. 17) O fato é que Simões soube dar corpo e sentido às exigências do governo “centralista e autoritário” do Estado Novo. À frente de uma das principais agências do período, teve forte influência nas políticas governamentais, na seleção de pessoal para o serviço público, na racionalização do trabalho e no controle orçamentário dos órgãos públicos do governo.

Assim, analisar a trajetória de Luís Simões Lopes no período do Estado Novo, bem como a sua atuação junto ao DASP, implica uma decisão arriscada dentre os vários recortes analíticos possíveis, haja vista a multiplicidade de estudos relacionados a esse período. Pode se perguntar, ainda, sobre a razão da escolha do período (1938 a 1945), considerando que a longa trajetória de Luís Simões (63 anos), junto ao aparato de Estado (1930-1993), teve início, justamente quando Vargas ascendeu ao poder, em 03 de novembro. Portanto, será utilizado o recorte compreendido entre 1938 (criação do DASP) e 1945 (ano em que Simões deixa a presidência do órgão), período em que a sua participação se fez notar com maior relevância.

Vale ressaltar que o ano de 1942 é um marco cronológico para a análise do período do Estado Novo que obedece a critérios fundamentalmente políticos, já que reúne uma série de fatos muito significativos para a orientação do regime. (GOMES, 1994, p. 166)

Portanto, a importância desse ano está relacionada à Missão Cooke, que chegou ao Brasil para trabalhar em conjunto com a Comissão de Mobilização Econômica. A comissão se instalou

¹ Mestre em História Social do Trabalho pela Universidade Severino Sombra; Professora do Centro Universitário Geraldo di Biase. irol@globocom

no Rio de Janeiro em 23 de setembro e regressou aos USA no início de dezembro do mesmo ano. Neste ano, foi consagrado, definitivamente, o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos.

Além de estabelecer relações com o empresariado nacional, através da Comissão de Mobilização Econômica, Luís Simões Lopes ampliou a participação norte-americana no Brasil e funcionou como intermediário dessa empresa, como “intelectual orgânico da burguesia industrial”. Para Gramsci, “todos os homens são intelectuais, mas nem todos têm, na sociedade, a função de intelectuais [...]”. Porém, “formam-se, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; [...] sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes”(GRAMSCI, 2000, p. 18) A relação entre intelectuais e o mundo da produção [...] é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’.(GRAMSCI, 2000, p. 20) Portanto, “os intelectuais têm um papel fundamental de garantir o consenso e o convencimento; ou seja, é através dos intelectuais que a classe dominante consegue fazer com que seu projeto de sociedade seja aceito como o melhor projeto para todos.”(GRAMSCI, 2000a, p. 30)

O Estado Novo e a criação dos conselhos Técnicos

“A ‘revolução de 30’ inaugurou uma etapa decisiva do processo de constituição do Estado brasileiro enquanto um Estado nacional, capitalista e burguês e, [...] o marco na aceleração desse processo foi a instauração do Estado Novo em 1937.”(MENDONÇA, 1990, p. 338) Para Diniz, a figura de Getúlio Vargas é uma das mais controvertidas da história do Brasil republicano.

Assim, sobre as visões acerca do líder político, de um lado, há as que o exaltam como “personalidade conciliadora, com alta capacidade de diálogo e articulação política, destacando sua grande habilidade para construir consensos e harmonizar interesses.” Por outro lado, as imagens opostas o retratam como um “líder autoritário, centralizador, avesso à consulta e sobretudo a dividir o poder.” Nessa linha, apresenta-se a figura do político como “maquiavélico, especialista na arte de dissimular, de esconder suas reais intenções e manipular as situações a seu favor, enfim, um mestre no emprego da astúcia e da força ao sabor de suas conveniências políticas.” (DINIZ, 1999, p. 21) Observa, ainda, que o Vargas do Estado Novo se mostrou como um político dominador, voluntarista e autoritário, capaz de usar instrumentos de repressão e coerção para manter-se no poder. (DINIZ, 1999, p. 21) Nesse período, Vargas se comportou como um ditador que, através de um golpe, fechou o Congresso e instaurou a ditadura. “Construiu-se de fato um novo arcabouço político-institucional que permitiu aumentar o poder de interventor do Estado e expandir a capacidade de incorporação do sistema político, abrindo espaço para a representação dos interesses dos novos atores ligados à ordem industrial emergente [...]” (DINIZ, 1999, p. 25)

Desta forma, a criação dos conselhos técnicos foi uma peça importante nessa engrenagem, tendo viabilizado um sistema mais aberto aos interesses econômicos, sem comprometer a primazia da elite técnica. Os inúmeros conselhos técnicos foram criados, previstos pela Constituição de 1934 e, conseqüentemente substituídos pela Constituição de 1937, conforme o interesse de manutenção e/ou ampliação.

Corroborando o pensamento de Diniz, Mendonça nos fala sobre “a multiplicação de organismos que veio a concretizar a tendência centralizadora do Estado Novo [...] que, na verdade, tratava-se da edificação de um aparelho administrativo de intervenção, regulação e controle, que organizava em novas bases a dominação, inscrevendo as relações sociais na ossatura do Estado.”(MENDONÇA, 1990, p. 339)

DASP: importante agência de sustentação do Estado Interventor

O DASP foi criado pelo Decreto-Lei no 579, de 30 de junho de 1938, conforme o estabelecido no artigo 67 da Constituição de 1937, que instituiu o Estado Novo. Neste artigo, previa-se a organização de um departamento administrativo, vinculado à Presidência da República, com a incumbência de fazer um estudo pormenorizado dos órgãos públicos. Assim, esse departamento determinaria as mudanças no âmbito da economia e da eficiência; da mesma forma, elaboraria anualmente a proposta orçamentária federal e fiscalizaria sua execução. O Decreto-lei de criação do DASP ainda estabeleceu as atribuições de seleção e aperfeiçoamento de pessoal para o serviço público; definição dos padrões do material para uso nas repartições e assessoramento do Presidente da República.

O DASP tornou-se um órgão extremamente complexo e poderoso, dando assessoria ao presidente, não só para reformar, renovar e transformar a velha máquina administrativa. O grande papel desempenhado pelo DASP - na transformação da mentalidade do serviço público - foi traduzido na melhoria do pessoal, na padronização e especificação dos materiais, na racionalização da administração, no planejamento da construção dos edifícios públicos, na transformação radical introduzida no Orçamento Geral da República.

“Em teoria o DASP foi concebido como uma organização técnica, que significava que os órgãos ministeriais se sujeitariam a ele em relação a assuntos técnicos, mantendo-se sujeitos a hierarquia usual para os assuntos de administração geral. Na prática, contudo, o DASP funcionava de modo diferente. Tendo surgido no contexto de uma ditadura comprometida com a modernização, sem um partido de massas, o departamento criou meios convenientes para o controle central do sistema administrativo. Como agência do executivo federal, exercia responsabilidade que iam além das preocupações técnicas. Na realidade, o DASP tornou-se uma espécie de superministério.” (GRAHAN apud SOUZA, 1990, p. 96)

As atividades acima referidas permitiram um conhecimento aprofundado dos órgãos públicos, inclusive os órgãos paraestatais e as autarquias, igualmente sujeitos ao controle orçamentário do DASP. Na teoria gramsciana, o “estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados [...]” (GRAMSCI, 1980, p. 87)

Muitas providências foram tomadas; desde a classificação sistemática dos funcionários, até os concursos, de âmbito nacional, para todas as carreiras, cargos e funções do serviço público federal. Foram criados cargos desde os mais altos, com maiores exigências profissionais, até os mais modestos, como os de servente e de contínuo. Mais de 200 mil pessoas foram submetidas aos concursos. Enquanto agência de centralização política do governo Vargas, nenhum campo de decisão permaneceu com os estados; todos eles só poderiam agir com a aprovação direta do Presidente da República.

Souza enfatiza o papel desempenhado pelos ‘Daspinhos’(departamentos estaduais), que eram uma “espécie de legislativo estadual, supervisão para o interventor e para o Ministério da justiça. Os prefeitos tinham que se submeter não só ao interventor, como também ao responsável pelo ‘daspinho’.” (SOUZA, 1990, p. 96)

O DASP teve grande projeção na vida administrativa do país, fazendo-se pioneiro na implantação de um sistema de aperfeiçoamento de pessoal. No exterior, esse programa foi estabelecido e orientado pelo DASP, tendo um delegado residente no estrangeiro para acompanhar os estudos de cada funcionário, com poder para mantê-los estudando ou mandá-los de volta caso não correspondesse ao que foi estabelecido. Graças a essa providência, o DASP chegou a ter, em seu quadro, grande número de funcionários altamente qualificados, que viriam servir em altas funções do governo ou em organismos internacionais, principalmente na Organização das Nações Unidas. (BITTENCOURT; ZOUAIN, 2010, p. 77-8) Logo após a criação do DASP, dezenas de funcionários públicos administrativos viajaram para os Estados Unidos, momento em que as relações entre os dois países estavam se estreitando. Entretanto, o intercâmbio de brasileiros nos Estados Unidos foi alvo de intenso debate entre opositores e apoiadores dessa experiência.

“Tal intercâmbio ocorreu, principalmente, entre a *School of Public Affairs*, da *American University*, em Washington² – principal centro de referência em estudos em administração pública nos Estados Unidos no período – e o Ministério das Relações Exteriores, abrangendo dezenas de servidores públicos brasileiros, pertencentes ao DASP e aos ministérios supracitados. Apesar da lei não indicar um país específico para a viagem de estudos, entre 1937 e 1945 todas as bolsas foram destinadas para estudos nos Estados Unidos.” (RABELO, 2011, p. 136)

Porém, ao empreendermos uma análise mais profunda sobre a estrutura de poder do Estado Novo, vemos despontar uma vigorosa e marcante característica do quadro institucional do Estado Novo: o sistema de interventorias. (SOUZA, 1990, p. 41)

O processo de centralização política e administrativa que marcou o governo Vargas, foi sendo construído a partir dos vários organismos estatais e a importância de Simões Lopes, no aparelho administrativo, logo se faz notar com a sua intervenção na administração pública. Simões Lopes acreditava que o funcionalismo público era ineficiente devido, principalmente, à sua má formação e à inexistência de concursos sérios.

Mesmo assim, o DASP não conseguia atingir plenamente o seu intento, no tocante aos funcionários que indicados, que não fizeram concurso e/ou, ao realizá-lo, não obtiveram êxito. Assim, “orientado por técnicos norte-americanos, o DASP distinguia entre ‘funcionários’ (selecionados por concurso e promovidos por merecimento) e ‘extranumerários’ (indicados por favoritismos políticos ou pessoais mantidos fora do sistema de mérito).” (apud BARIANI, s/d, p. 14).

Em relação à arena de poder em que esteve envolvido, o DASP assumiu um caráter paralelo, funcionou como um “partido”, no sentido gramsciano. “A história de um partido não

² A *School of Public Affairs* criara, no período, cursos de administração para servidores públicos com estágio em repartições federais, municipais ou estaduais no país. A partir de 1937, ela começou a direcionar esses cursos para estrangeiros, que faziam 8 meses de curso e 4 meses de estágio em repartições. No período da guerra e anterior a ela, a *American University* ofereceu cursos de estratégia, para militares, e de segurança, para funcionários do governo, associados ao Departamento do Estado. Apesar de ser o principal local de intercâmbio, alguns funcionários fizeram cursos de técnicos em administração na Universidade de Chicago e em Syracuse. *The American University Bulletin*, vol 14, n. 7, April 1939. Washington, The American University Library. The Internet Archives Organization. (apud RABELO, 2011, p. 136)

poderá deixar de ser história de um determinado grupo social. Mas esse grupo social não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. [...]” (GRAMSCI apud BIANCHI, 2010, p. 12) **Segundo Gramsci, em determinados momentos históricos, certas instituições atuam em nome das classes sociais, sobretudo das classes dominantes, fazendo o papel de partido político no sentido de conferir organicidade aos seus membros e de dirigir suas ações. (GRAMSCI, 2000).**

Neste contexto, o DASP assume o estatuto daquilo que Gramsci chamou de “‘aparelhos privados de hegemonia’— isto é, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política.” (COUTINHO, 1989, p. 77) São organismos sociais, entidade voltada à propagação de idéias com vistas à obtenção da hegemonia. Em Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia [...] são organismos sociais ‘privados’, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito. (COUTINHO, 1989, p. 76) Apesar desse seu caráter voluntário— ele têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder de um dada sociedade. Em outras palavras, além de atuar em uníssono com relação às diretrizes norteamericanas, o aparelho privado de hegemonia, se reconcilia — dependendo das circunstâncias — com o empresariado. Trata-se de um interessante jogo de acomodações e reposicionamentos da Administração, em relação aos pólos de poder. No entender de Edson Nunes,

“O DASP era um organismo paradoxal, porque combinava insulamento burocrático com tentativas de institucionalização do universalismo de procedimentos. Criado para racionalizar a administração pública e o serviço público, o departamento preocupava-se com o universalismo de procedimentos em assuntos relacionados com a contratação e a promoção dos funcionários públicos. Nesse aspecto o DASP representava a fração moderna dos administradores profissionais, das classes médias e dos militares, tornando-se um agente crucial para a modernização da administração pública. Embora jamais tenha completado sua missão, o DASP deu inúmeros passos positivos para a modernização do aparelho de Estado e para a reforma administrativa. (NUNES, 1997, p. 53-54)

Em 1939, Luís Simões Lopes foi membro integrante da Missão Aranha (missão brasileira enviada aos Estados Unidos sob a chefia do ministro Osvaldo Aranha). Idealizou e presidiu a Fundação Getulio Vargas, fundada em 1944, com objetivo de promover a formação de pessoal qualificado para a administração pública e privada. Além de ter atuado no governo Vargas em diversos outros cargos, também ocupou diferentes cargos em várias empresas privadas.

Num artigo publicado na Folha da Manhã, de Recife, em 18 de setembro de 1940, Agamenon Magalhães dera o seu depoimento:

“O DASP é um ótima organização que se propôs a fazer no Brasil, país de emprego da clientela eleitoral, da incompetência, do pistolão, do desperdício burocrático, o impossível. Uma reforma administrativa radical. A substituição da velha máquina por uma nova. A substituição

dos processos que vinham de muitas gerações, entranhados nos nossos hábitos e deitando raízes a milhares de metros de profundidade, por outros, mais simples. Mais racionais. Mais inteligentes. Mais rápidos e de seguro rendimento.

Esse impossível DASP, – organização feita pelo presidente Getúlio Vargas e diretamente subordinada a ele, como uma superestrutura, a dominar e a regular a atividade administrativa do país – provocou, como era de esperar, a reação maior do mundo. Quando estive no Rio, o ano passado, ouvi muita gente grande e importante dizer que ou o Estado Novo acaba com o DASP ou o DASP acaba com o Brasil.” (WAHRLICH apud BARIANI, s/d, p. 18-19)

Entre a luz e a sombra: o itinerário de Luís Simões Lopes

Como nos ensina Mendonça,

“o mais importante passo a ser dado no estudo de uma política estatal deve consistir no mapeamento dos aparelhos ligados à política, num determinado momento histórico, verificando-se a organização de suas demandas, bem como os mecanismos e estratégias de inserção de seus quadros junto a este ou aquele organismo de Estado, mesmo que isso traduza, muitas vezes, na criação de novos órgãos.” (MENDONÇA, 2005, p. 12)

Em 02 de junho de 1903, nasceu em Pelotas (RS) Luís Simões Lopes, filho de Idelfonso Simões Lopes e Clarice de Sampaio Lopes, proveniente de uma família de grande influência no cenário político do Rio Grande do Sul; seus familiares ocuparam inúmeros cargos de relevância política. Seu pai foi figura de destaque no contexto da revolução de 1930, período em que ocupou o cargo de deputado federal, ministro da agricultura e articulador da Aliança Liberal.

Lopes iniciou seus estudos em seu estado natal mas, após a morte de sua mãe, mudou-se para o Rio de Janeiro. No ano de 1921, ingressou na Escola Superior de Agricultura em Piracicaba (SP) e, em 1923, transferiu-se para Belo Horizonte, onde se formou engenheiro agrônomo. Em 1925, ingressou no Ministério da Agricultura a convite do Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, sucessor de Idelfonso Simões Lopes e, logo em seguida tornou-se oficial de gabinete.

Em 1929, Simões e seu pai se envolveram em um incidente de repercussão nacional: após uma discussão acalorada com o deputado pernambucano Francisco de Souza Lima, seu pai acabou disparando dois tiros que mataram o deputado. Este incidente levou Luiz e seu pai à prisão. Em agosto de 1930, foram absolvidos sob a alegação de legítima defesa.

Com a ascensão de Vargas ao poder, Luiz Simões foi nomeado oficial de gabinete da Secretaria da Presidência da República, cargo que ocupou até 1937. Em 1934, teria se tornado o principal empresário público da reforma administrativa brasileira, ocupação que se estendeu até 1937. Em 1935, foi criada a Comissão Nabuco, passo inicial para a organização do funcionalismo público. Em 1936, Luiz foi nomeado para presidir a Comissão de Reajustamento, criada em substituição à chamada Comissão Nabuco. A Comissão de Reajustamento elaborou o projeto de Lei nº 284, que estabeleceu as bases do primeiro plano de classificação de cargos e desenvolveu o sistema de méritos, instituiu o Conselho Federal de Serviço Público Civil (CFSPC) e as comissões de eficiência organizadas nos ministérios. Estes órgãos implementaram a reforma administrativa no Estado brasileiro.

Luiz Simões Lopes assumiu a presidência do Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC), em 1937, que abriu caminho para a instalação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado para acionar o sistema de organização, que vinha sendo idealizado desde 1935. Luiz Simões ficou à frente do DASP até 29 de outubro de 1945, quando o presidente Vargas foi deposto.

Em março de 1939, já na condição de presidente do DASP, Luiz Simões foi aos Estados Unidos como integrante da missão chefiada pelo então ministro Osvaldo Aranha que, por convite do governo americano, foi ao país para expor às autoridades americanas as necessidades militares e econômicas brasileiras, tendo como objetivo conseguir assim mais investimentos para o país. Contudo, a missão não conseguiu atingir seu objetivo, mas já politicamente foi totalmente favorável aos EUA já que a partir deste momento se iniciou a colaboração militar entre as duas nações durante a segunda guerra mundial. (BELOCK & ABREU, 2001 p. 3282). Em 1942, sugere a criação da Coordenação de Mobilização Econômica, em substituição à Comissão de Defesa da Economia Nacional,

“as dificuldades crescentes no comércio mundial levaram o governo, aceitando sugestão do Dr. Luiz Simões Lopes, a extinguir a Comissão de Defesa da Economia Nacional e a criar a Coordenação de Mobilização Econômica, cujo objetivo era organizar a economia de guerra em consonância com os acordos de Washington, comprometendo-se em fornecer matérias-primas e garantindo o financiamento norte-americano para projetos industriais no Brasil.” (OLIVEIRA, 2003, p. 79)

A chegada da Missão Cooke veio coroar de êxito a sua “embaixada”, junto aos círculos de poder norte-americanos. Para Lopes, o modelo americano de administração era o melhor, o mais moderno. E conta: “Certa vez, pedi ao governo americano que me mandasse um especialista de uma de suas boas universidades, capacitado em administração pública ou privada, de preferência, pública. Mandaram um homem de primeira ordem para examinar o DASP, para conhecer o seu funcionamento, detectar os problemas e orientar sobre como eliminá-los.” (SILVA, 2006, p. 110-11) Ao final, ele escreveu um artigo para uma revista especializada americana que era um grande relatório sobre o DASP.

O que podemos depreender é que os Estado Unidos tinham livre acesso aos dados brasileiros; isso sem contar que os funcionários “daspeanos” eram aperfeiçoados nos Estados Unidos, carregando em sua formação a ideologia norte-americana, e o forte conceito de padronização. A ideologia era disseminada de forma bem estratégica.

Neto da Aristocracia Sulista, o Visconde da Graça, Luís Simões Lopes foi filho do empresário Ildefonso Simões Lopes que, formando a sociedade Simões Lopes & Irmãos, se ocuparam de plantar arroz. Ildefonso foi o diretor da firma que, logo foi pioneira no ramo. Nesse período, foi morar na Estância da Graça, propriedade de sua mãe, a Viscondessa da Graça e lá ficaram até 1912, quando faleceu sua esposa. (SILVA, 2006, p. 26) A Estância da Graça foi uma importante ‘estação experimental’ da variedade de arroz importado. Foi lá que se fabricou e usou pela primeira vez, o adubo de ossos nos arrozais, além de inventar as máquinas (secadoras) de arroz. O arroz trouxe nova vida à região e o Brasil passou de importador a exportador. (SILVA, 2006, p. 35) Ildefonso Simões Lopes foi Deputado Federal, Ministro da Agricultura (1919-1922) e Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (1926-1931), Pecuarista e Agroindustrial.

Considerações finais

Estudar a atuação política de Luís Simões Lopes é realmente instigante; principalmente, se considerarmos a longa trajetória enquanto agente de Estado, de 1930 a 1993, junto ao gabinete de Vargas, na direção do Dasp e na direção da FGV.

Em nossa concepção, Lopes se enquadra no que Gramsci chamou de ‘Intelectual orgânico’, mais especificamente, ‘Intelectual orgânico da burguesia industrial’, que atuou junto a um “aparelho privado de Hegemonia” e exerceu a direção e o domínio. No entanto, passou por muitos dilemas junto ao DASP, prensado entre os interesses organizados e tendo que se afirmar como órgão técnico. Luís Simões Lopes foi o arauto da racionalidade, ao lidar com as divergências políticas; no entanto, oscilou entre concessões e demonstrações de força, desgastando-se rapidamente. Implementou o formalismo organizacional e buscou desvencilhar-se dos antagonismos que cerceavam sua atuação. A administração de pessoal, o orçamento e a reforma da estrutura dos serviços públicos passaram aparentemente a ser controlados com certa formalidade. Em vários momentos teve que fazer vistas grossas à burla das várias despesas previstas, pois mesmo havendo prescrições legais, havia tergiversações morais e administrativas que ofendiam a execução do orçamento. Em sua atuação junto ao DASP, criou um corpo de burocratas e instituiu o “American Way of Life” na Administração Brasileira.

Referências Bibliográficas

- ABREU, A. A. de; BELOCH, Israel; LATTAMN-WELTMAN, F. LAMARÃO, S.T. **Dicionário histórico brasileiro pós 1930**. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV/ CPDOC, 2001.
- ALMEIDA, Ellen Mariana de Carvalho. **Luís Simões Lopes: “American way of life” na Administração do Estado Brasileiro**. Volta Redonda: Centro Universitário Geraldo di Biase, 2011. (TCC)
- BARIANI, Edison. **DASP: entre a norma e o fato**. Acesso em 10/06/2012. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos915/dasp-norma-fato/dasp-norma-fato.pdf>.
- BIANCHI, Alvaro. **Um ministério dos industriais** - a Federação das Indústrias do estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990.
- BITTENCOURT, Maryângela Aguiar; ZOUAIN, Deborah Moraes. Escolas de Governo e a Profissionalização do Servidor Público: Estudo dos Casos da Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas – ESPEA e da Fundação Escola de Serviço Público Municipal de Manaus – FESPM. **Revista ADM.MADE**, ano 10, v.14, n.3, p.75-94, maio/setembro, 2010. <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/admmade/article/viewFile/83/81>. Acesso em 03/06/2012.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- D’ARAÚJO, Maria Celina (org.). **As instituições brasileiras da era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1999.
- _____. **A Era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997.
- DINIZ, Eli. **Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais**. In: PANDOLFI, D. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 345 p. p. 21-38.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**.v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. **Cadernos do cárcere**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

- _____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- LOPES, Luis Simões. (Depoimentos, 1990). Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, 2003.
- MENDONÇA, S. R. de. **As bases do desenvolvimento capitalista dependente**. In: LINHARES, M. Y. **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 445 p. p. 327-350.
- _____. **Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)** Niterói, EdUFF, 2010.
- _____. (org.) **O Estado Brasileiro: agências e agentes**. Niterói: EdUFF/Vício de leitura, 2005.
- MOURA, G. **Estados Unidos e América Latina**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil- clientelismo e insulamento burocrático**. 2. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- OLIVEIRA, Irene Rodrigues. **Missão Cooke, Estado Novo e implantação da CSN**. Rio de Janeiro: E_papers, 2003.
- PANDOLFI, Dulce Chaves (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- RABELO, Fernanda Lima. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. v. 3 nº 6, Dezembro de 2011.
- SILVA, Suely Braga da (org). **Luiz Simões Lopes: fragmentos de memórias**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SOUZA, Maria do C. C. de. **Estado e partidos políticos no Brasil**. 3. ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.
- TEIXEIRA, Heitor D. Duarte. O outro lado do American Way of Life: o retrato da desilusão através da literatura norte-americana do século XX. **Universos da História**. Rio de Janeiro, Ano 1, v. 1, 2008.
- TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.